

O ENSINO DE PORTUGUÊS E O ESTUDO DA TOPONÍMIA: Linguagens e culturas indígenas e africanas pelo rio Jacarezinho – Breves/PA

Clizana Pereira GONÇALVES (UFPA)

Orientador: Me. Joel Pantoja da SILVA (UNAMA)

Resumo

O presente artigo analisa os sentidos linguísticos-culturais das toponímias constituintes do cotidiano escolar dos alunos do 6º ano, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Lica Alves, localizada no rio Jacarezinho, Distrito Curumu I, município de Breves-PA. Objetivamos com essa pesquisa, articular o ensino de Língua Portuguesa com o estudo da toponímia de origem indígena e africana, sem esquecer os topônimos de origem portuguesa, nessa unidade escolar, atualizando a presença da Língua Geral Amazônica e língua Banto nesta comunidade escolar. Utilizamos como procedimento a pesquisa de base etnográfica, aliada ao desenvolvimento de entrevistas abertas para coletar os dados com os alunos e pais de alunos, além da produção, em sala de aula, de cartografias das toponímias. Sob a orientação teórica da Sociolinguística, voltada para o campo da Toponímia em interfaces com a Análise do Discurso, analisamos as informações da investigação. Descobrimos, a partir desta pesquisa, que a toponímia possui uma importância na formação linguística e cultural dos alunos e demais moradores locais, assim como, às vezes, apresenta-se como fator de silenciamento e apagamento das memórias sociais locais.

Palavras-chave: Língua. Identidade toponímica. Nheengatu. Banto. Marajó.

1 INTRODUÇÃO

O arquipélago do Marajó se localiza no norte do Pará entre a foz do rio Amazonas e rio Tocantins. Essa região é um território com variedades culturais, que retratam o modo como seus habitantes vivem e utilizam suas linguagens, costumes, tradições indígenas e africanas construídas historicamente em contínuos processos de mediações culturais com os colonizadores europeus.

Pacheco (2009:48) refletindo sobre as condições históricas da região marajoara, com suas múltiplas singularidades e diversidades naturais, descreve e analisa as constituições identitárias, saberes e crenças dos moradores.

Mar, baías, rios estreitos, lagos, igarapés, várzeas, florestas, campos inundados, imensos aguapés, viveiros de diversas espécies animais, vegetais, minerais e outros. São lugares amazônicos onde se registram muitas histórias. Nos Marajós, deparado frente ao mar, foram estes elementos fluviais que ajudaram, homens e mulheres de características diferentes, desde muitos tempos atrás, descobriram um novo meio para seu próprio sustento, conquistar suas identidades, saberes e crenças, modos de ser, trabalhar, festejar, viver e morrer.

Essa interpretação de um Marajó plural e singular presente em todo o seu território contribui, nesse estudo, para percebermos as populações marajoaras não possuem uma identidade única para todos os diferentes lugares. Não está reduzido a história local construída em torno apenas das práticas de criação de búfalos, produção do artesanato de cerâmica, do queijo e as apresentações de danças para-folclóricas (PACHECO, 2015), mas por suas práticas culturais múltiplas construídas em contatos com a natureza, religiosidade e saberes de tradições orais.

Neste estudo, situamos nossa posição de fala na parte do ocidente do Marajó, chamado de Marajó das florestas, lugar onde se localiza o município de Breves. Esse município foi criado em 25 de outubro de 1851, apresenta uma extensão de 9. 550,5 km². Atualmente, conta com aproximadamente 92. 865 habitantes no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É constituído por distritos, tais como: Sede, Antônio Lemos, Curumu (subdividido em Curumu I e II) e São Miguel (subdividido em São Miguel I e II).

O cenário entre Língua Geral Amazônica, língua Portuguesa e ainda a presença da língua Banto dos escravos africanos compõem uma arena cultural tensa de relações linguísticas vivenciadas no interior da floresta marajoara. O universo de usos linguísticos, criou com essas línguas, diferentes contatos entre indígenas, africanos e portugueses, sobretudo, a resistência da língua Nheengatu e Banto presentes, hoje, em topônimos que envolvem as práticas sociais dessa região. Assim, a relação que se estabelece entre o ato de nomear e o lugar nomeado, não encerra em si mesmo, mas transcende a própria ação da nomeação expressando os significados com suas trajetórias históricas, culturais e construindo uma memória social.

Nesta pesquisa, o meu interesse pela temática dos significados culturais da nomeação dos lugares despertou com a minha experiência na condição de professora no meio rural de Breves. Dessa vivência profissional, veio a ideia de analisar os léxicos das nomeações dos lugares onde se localizam as comunidades rurais e o modo como os alunos e moradores, pais de alunos, operam diante desse fenômeno linguístico-cultural. Isso me fez pensar a historicidade destes léxicos no cotidiano dos estudantes, muitas vezes, deixadas de lado pela escola no espaço rural, em função dos trabalhos pedagógicos com léxicos de origem latina e grega.

Trabalhando como professora, nesse município, senti a vontade de enfrentar essa realidade de ensinar no ambiente escolar, que não existe apenas uma língua, o português, mas uma diversidade linguística, percebidas quando observamos os usos de toponímias na fala dos alunos para significar os lugares onde diferentes famílias vivem. Também, a necessidade de compreender a existência de significados de origem indígena e africana nos léxicos que nomeiam a paisagem local.

A preocupação em realizar essa pesquisa de campo parte do princípio de que, muito das práticas culturais dos alunos, estão nas raízes históricas de sua formação cultural. Nesse caso, o estudo considera relevante tratar dos estudos das toponímicas como imprescindível para a análise da cultura e linguagem local. Refletindo sobre isso, acreditamos que tanto a Língua Portuguesa como qualquer outra língua, não são propriedades pertencentes ao sujeito isolado, mas um bem cultural que envolve uma comunidade linguística que amplia seus léxicos em práticas sociais interativas.

É neste município de Breves, mais precisamente no Distrito de Curumu I, situado no rio Jacarezinho, com os alunos do 6º ano, da E.M.E.F. Lica Alves, localizada na comunidade Santa GONÇALVES, Clizana Pereira. O ensino de português e o estudo da toponímia: Linguagens e culturas indígenas e africanas pelo rio Jacarezinho – Breves/PA. In: **ANAIS do IV Colóquio de Letras**, realizado nos dias 1, 2 e 3 de fev. de 2018, na UFPA, Campus Universitário do Marajó - Breves. ISSN: **2358-1131**

Maria, que realizamos a pesquisa no período de agosto de 2016 a março de 2017. Assim, o presente artigo analisa os sentidos linguísticos-culturais das toponímias constituintes do cotidiano escolar dos alunos do 6º ano desta escola.

Considerando todos estes aspectos, levantamos a seguinte problemática: Por que na Amazônia, em particular no município de Breves, a escola pouco se dedicou ao ensino das toponímias e seus significados culturais de matriz indígena e africana? Objetivamos com essa pesquisa, articular o ensino de Língua Portuguesa com o estudo da toponímia de origem indígena e africana, sem esquecer os topônimos de origem portuguesa, nessa unidade escolar, atualizando a presença da Língua Geral Amazônica e língua Banto nesta comunidade escolar.

Para a compreensão da formação do repertório linguístico desses estudantes da escola Lica Alves, a partir dos léxicos toponímicos, presentes na história dos nomes de lugares do referido rio Jacarezinho, utilizamos como procedimento a pesquisa de base etnográfica. A realização dessa pesquisa constitui um processo sistemático de observar, detalhar, documentar e analisar as práticas culturais dos pesquisados para aprender seu modo de viver em seu cotidiano natural (LEININGER, 1985).

Utilizamos como instrumentos de investigação a entrevista com perguntas abertas, relacionadas as nomeações dos lugares, como também, a cultura da comunidade local e narrativas contadas sobre o lugar em questão com as pessoas mais velhas das famílias dos alunos. Na análise usamos duas das entrevistas feitas pelos alunos, por conterem os dados significativos para responder ao estudo. Após os registros das toponímias, em sala de aula, os alunos produziram cartografias das toponímias indicando sua localização e percurso no rio Jacarezinho.

Desta maneira, observando e compreendendo as práticas culturais constituída na interpretação dos léxicos toponímicos no contexto da comunidade escolar elaboramos, considerando a orientação teórica da Sociolinguística, voltada para o campo da Toponímia em interfaces com a Análise do Discurso, as análises dos dados pesquisados. Nesta pesquisa, percebemos que a toponímia indígena e africana resiste na formação cultural dos alunos e moradores, assim como, apresenta-se como fator de silenciamento de seus significados construídos historicamente.

No percurso deste artigo, primeiramente discutiremos a relação entre cultura e linguagem nos voltando para a formação histórica de matriz indígena e africana no Marajó. Depois, colocamos em pauta a questão dos léxicos de línguas indígenas e africanas em breves para averiguar a presença desses povos na construção histórica do rio jacarezinho. No decorrer do texto apresentamos o local de estudo, que é a comunidade Santa Maria. Em seguida, analisamos as toponímias do rio

jacarezinho, destacando narrativas e léxicos como marcas da história local. Finalizamos com os sentidos que implicaram esse estudo para a comunidade investigada.

2 LÍNGUAS E CULTURAS: INDÍGENAS E AFRICANOS PELO MARAJÓ

A região amazônica constitui um território pluriétnico e, conseqüentemente, plurilinguístico em função de várias etnias indígenas e suas línguas que, entrou em contato com a língua portuguesa, e posteriormente, as línguas de matrizes africanas – em particular o banto, sofrendo repressões políticas e apagamentos. No Marajó, a colonização europeia, a partir de meados do século XVIII, passou a transformar tantos os indígenas quanto os negros escravos em falantes do português.

É neste quadro de lutas culturais e resistências linguísticas entre distintas nações indígenas e populações africanas que se faz importante apreender a dimensão social de usos da língua e suas situações comunicativas para os falantes.

Nestas discussões não podemos olvidar que a língua constitui um fenômeno social. Neste caso, Saussure admite a língua como uma instituição social.

Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (SAUSSURE, 1999:21).

A língua, como parte constituinte da linguagem, forma-se em práticas sociais dos falantes entre diferentes comunidades linguísticas. Isso deixa ver o universo das línguas, a partir de seus repertórios de léxicos, expressos em cada sociedade. Além disso, a língua implica um sistema gramatical que se completa nas relações sociais estabelecidas por meio das distintas situações de interações.

Essa questão que envolve as línguas indígenas nativas, depois o contato com a Língua Geral Amazônica e predomínio do português ocorreu mediante o processo de colonização do Marajó, iniciada em 1616, com a fundação do Forte do Presépio, atualmente, cidade de Belém. A esse respeito, Pacheco (2010a:16) expõe:

O labirinto de ilhas, os “Marajós”, e seus habitantes cravados na foz do território a ser conquistado, não assistiram, passivamente, àquelas estranhas chegadas de gentes tão diferentes de suas visões humanas. Experientes em contatos e guerras tribais anteriormente vividas, entre si e com outras nações, Aruãns, Sacacas, Marauanás, Caiás, Araris, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás, entre outras e os batizados de Nheengaíbas, enfrentaram as armas portuguesas por quase 20 anos.

Após os lusitanos venceram grande parte das nações indígenas na parte do oriente marajoara, travou-se uma guerra de 1639 a 1659, durando cerca de 20 anos entre os indígenas GONÇALVES, Clizana Pereira. O ensino de português e o estudo da toponímia: Linguagens e culturas indígenas e africanas pelo rio Jacarezinho – Breves/PA. In: **ANAIS do IV Colóquio de Letras**, realizado nos dias 1, 2 e 3 de fev. de 2018, na UFPA, Campus Universitário do Marajó - Breves. ISSN: **2358-1131**

marajoaras e portugueses aliados dos Tupinambá (DANIEL, 2004) pela conquista ocidental do Marajó. Em agosto de 1659, no rio Mapuá, com os indígenas Mapuá, Mamaianás, Anajás, Paucacás, Guajarás, Pixispixixis padre Antônio Vieira realizou o tratado de paz (VIEIRA, 1970; PACHECO, 2009).

Se por um lado, a trato firmado, em 1659, concedia a “liberdade para se navegar pelos estreitos de Breves, porta de entrada à extração de muitos haveres, riquezas e passagem obrigatória para quem desejasse alcançar Macapá e a Guiana Francesa”. Por outro, “afirmava a presença e importância da missão jesuítica na pacificação do gentio através dos aldeamentos” (PACHECO, 2010a: 24). O comércio com a extração dos recursos naturais e fundação de aldeamentos ou missões de descimentos tornaram-se constante na região marajoara.

Neste contexto histórico é válido acompanhar essa “pacificação indígena” do ponto de vista do uso da língua, como Freire (2003:100) explica:

Em consequência, a política de línguas desenvolvida pelos missionários referendou o tupinambá, transformando-o em língua de contato. Nos primeiros setenta anos da conquista (1616-1686), essa língua – sob os auspícios dos missionários e da Coroa Portuguesa - expandiu-se pelos núcleos populacionais da Amazônia e pelas aldeias de repartição, para onde começaram a descer índios de filiação tupi e não-tupi, tornando-se uma língua de comunicação interétnica (FREIRE, 2003:100).

Nesse cenário, a língua Tupinambá tornou-se a língua de contato que os indígenas descidos ou aldeados nas missões deveriam aprender para manterem comunicação com os jesuítas no processo de catequização e com os portugueses durante as atividades de explorações extrativistas. Os indígenas do ocidente marajoara apreenderam essa língua de contato com os jesuítas que, já conheciam a língua Tupinambá desde o litoral brasileiro, passando a inserir os índios no processo de cristianização e civilização europeia na região.

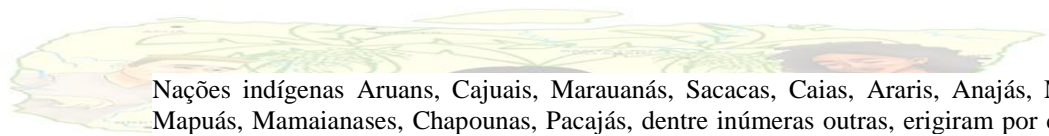
Além disso, os estudos de historiadores mostram que, após os anos de colonização, a historiografia paraense concebeu de forma equivocada a presença indígena e africana nos Marajós – campos e florestas. Criando representações distorcidas e silenciamentos da presença indígena no Marajó dos campos e presença negra no Marajó das florestas.

Diante desta realidade, o pesquisador apresentou em que momento histórico o negro passou a compor o cenário marajoara:

A cobiça portuguesa pelas terras marajoaras transformou campos e florestas em territórios de importantes produções econômicas, sustentadas pelo viveiro de homens, mulheres e culturas ali reunidas e em tentativas de submissão. É possível que os primeiros africanos tenham sido introduzidos na região a partir de 1644, junto com as primeiras cabeças de gado vacum transportadas das Ilhas de Cabo Verde (PACHECO, 2010b:39).

E continua o pesquisador expondo relevantes situações de contatos culturais que nos permitem pensar as múltiplas e conflituosas interações linguísticas.

GONÇALVES, Clizana Pereira. O ensino de português e o estudo da toponímia: Linguagens e culturas indígenas e africanas pelo rio Jacarezinho – Breves/PA. In: **ANAIS do IV Colóquio de Letras**, realizado nos dias 1, 2 e 3 de fev. de 2018, na UFPA, Campus Universitário do Marajó - Breves. ISSN: **2358-1131**



Nações indígenas Aruans, Cajuais, Marauanás, Sacacas, Caias, Araris, Anajás, Muanás, Mapuás, Mamaianases, Chapounas, Pacajás, dentre inúmeras outras, erigiram por campos, rios e florestas “zonas de contato” com nações africanas de Angola, Congo, Guiné, Benguela, Cabinda, Moçambique, Moxinongo, Mauá ou Macuá, Caçanje, Calabar ou Carabá, de origem banto, e Mina, Fânti-Achânti, Mali ou Maí ou Mandinga, Fula, Fulope ou Fulupo, Bijogó ou Bixagô, de origem sudanesa, além de indicações duvidosas como Bareua ou Barana, Lulu ou Lalor, Pabana ou Babana (PACHECO, 2011:45).

Além das relações de mediações culturais, trocas simbólicas e negociações entre indígenas e negros no Marajó, existem os repertórios linguísticos, expressos nos léxicos para significar o seu universo cultural. Por essa percepção, torna-se conflituosa as relações de contatos linguísticos entre os indígenas inconstantes e os negros indomáveis para se ajustar ao modo de vida religiosa e civilizada do colonizador europeu, passando a resistir a dominação lusitana pelo interior da floresta.

Analizando as práticas de uso da língua e suas relações culturais entre as nações indígenas, Câmara (1977:16) argumenta que:

A língua é assim, antes de tudo, no seu esquema, uma representação do universo cultural em que o homem se acha, e, como representa esse universo. As suas manifestações criam a comunicação entre os homens que vivem num mesmo ambiente cultural e estrutural.

O modo de vista na formação cultura indígena organizadas pelo uso das tradições orais, cujo língua, em sua modalidade oral, transmite a existência espiritual da religiosidade, os costumes, os saberes e as formas de representar a natureza e a cultura dentro de suas cosmologias comunicando suas experiências de vida.

Em relação aos negros africanos, em suas matrizes linguísticas o estudo da língua e sua relação com sociedade expressam-se da seguinte maneira:

O estudo da língua, que envolve a relação do homem com a sociedade, abrange inevitavelmente o estudo da cultura, cujo conceito apresenta grande amplitude e fluidez de significados. A cultura pode ser entendida como o conhecimento que o indivíduo irá adquirir em virtude de ser membro de determinado grupo, ou seja, a aquisição cultural acontece a partir do meio social do homem (LIMA, 2012:21).

Por essa via de interpretação a língua envolve a dimensão social e cultural de uma sociedade. Estudar uma língua, nesse caso, supõe também conhecer a cultura representada nos léxicos e sua significação para os seus falantes. A compreensão e participação em uma cultura africana decorre da aquisição cultural possibilitada pelo acesso a língua e seus sentidos no contexto social de uso.

No aspecto indígena há o bilinguismo em diferentes áreas de ocupação dos colonizadores na região amazônica – relação de usos, contatos e trocas linguísticas entre o Nheengatu e o Português, ou vice-versa. Nesse ponto, esses contatos linguísticos ocorreram em dois períodos históricos: no primeiro, “nos séculos XVII e XVIII, quando o português era minoritário e a LGA tornara-se a principal língua da Amazônia”, o segundo, “já no século XIX, quando cada vez menos

GONÇALVES, Clizana Pereira. O ensino de português e o estudo da toponímia: Linguagens e culturas indígenas e africanas pelo rio Jacarezinho – Breves/PA. In: **ANAIS do IV Colóquio de Letras**, realizado nos dias 1, 2 e 3 de fev. de 2018, na UFPA, Campus Universitário do Marajó - Breves. ISSN: **2358-1131**

falantes de uma outra língua aprendiam a LGA e cada vez mais falantes de LGA aprendiam o português, aumentando o seu grau de bilinguismo” (FREIRE, 2003:60).

No Marajó, além dos contatos com as línguas nativas, houve ainda interações comunicativas por meio da Língua Geral e Língua Portuguesa. Também, é preciso mencionar as condições históricas de contatos com as línguas de matrizes africanas pelo interior das florestas. Nesse sentido, no “século XVIII índios e negros recriaram espaços, transgrediram normas de trabalho e recusaram-se ao silenciamento cultural pela imposição de grupos dominantes”, já no século “XIX novas ‘zonas de contato’ continuaram sendo entalhadas” (PACHECO, 2011:49).

Apesar da imposição do português como única língua, na época das políticas pombalinas, essa questão nos fez compreender, particularmente, no ocidente do Marajó, que os contatos linguísticos entre estes três universos culturais – indígena, africano e lusitano, representam a resistência de que o “mundo é plurilíngue em cada um de seus pontos e que as comunidades linguísticas se margeiam, se superpõem continuamente” (CALVET, 2002:27). É, a partir dessa concepção que adentramos no universo cultural dos estudos de toponímias e seus discursos lexicais.

3 ESTUDOS DE TOPONÍMIA E ANÁLISE DO DISCURSO

Estudamos a linguagem indígena e africana, a partir dos sentidos históricos da toponímia, como um “imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente” (DICK, 1990:36). Essa ciência se dedica ao estudo dos nomes, levado em conta o caráter motivacional em sua formação. Investiga a origem, etimologia, formação linguística, aspectos históricos, culturais e ambientais que influenciaram a criação do nome com a intencionalidade impulsionada pelo denominador.

Nesse pensamento, Carvalhinhos (2007: 2463) afirma que:

(...) o topônimo, como unidade terminológica, carrega em sua estrutura interna elementos sêmicos referentes aos fatores motivacionais, que apresentam uma dupla natureza: os fatores de natureza ambiental (naturais ou físicos) e de natureza cultural ou antropocultural.

O topônimo como categoria que expressa, partir de elementos internos as condições motivacionais envolvendo fatores de natureza física ou natureza cultural, carrega em sua nomeação os aspectos históricos do seu momento de denominação e as mudanças linguísticas em sua enunciação. O que nos faz pensar que o topônimo permite dar sentido ao mundo, em que léxico assume diferentes papéis e dimensões cotidiano, memória e identidade registrada de um lugar.

Se por um lado, de acordo com Lenneberg (1998:91) “um léxico é como uma fotografia que congela o movimento”. Assim, cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo seu

próprio universo cultural. A não-equivalência semântica entre os signos linguísticos de duas línguas ou mais é o exemplo mais expressivo de como cada língua traduz o universo de sua forma.

Por outro, a variação de uma língua é a forma pela qual ela difere de outras formas da linguagem sistemática e coerentemente. Uma nação apresenta diversos traços de identificação, e um deles é a língua. Esta pode variar de acordo com alguns fatores, tais como o tempo, o espaço, o nível cultural e a situação em que um indivíduo se manifesta verbalmente (CAMACHO, 2004).

Assim, a linguagem humana varia de acordo com o grau de contato entre as pessoas, por isso as línguas existentes do mundo não são uniformes e apresentam variações linguísticas. Assim, a língua varia conforme o intercâmbio entre as pessoas. Existem quatro modalidades específicas de variações: as variações diastráticas, variações diafásicas, variações diacrônicas e variações diatópica (CALVET, 2002).

As variações ligadas a um grupo social são chamadas diastráticas em função dos níveis de usos da língua. Quando se trata de mudanças no âmbito de uma situação de comunicação para outras podem ocorrer alterações e diferenças no estilo de uso da língua designada de diafásica. Já, a variante diacrônica a linguagem sofre modificações ao longo do tempo, em vista do dinamismo da língua e também pela necessidade de adaptação de seus próprios usuários dentro da sociedade. Por fim, a variação diatópica que ocorre na maneira de pronunciar um som, construção sintática e usos de léxicos de uma região para outra (CAMACHO, 2004).

As referidas variações são estudadas pela sociolinguística buscando investigar e descrever os usos da língua pelos falantes na sociedade.

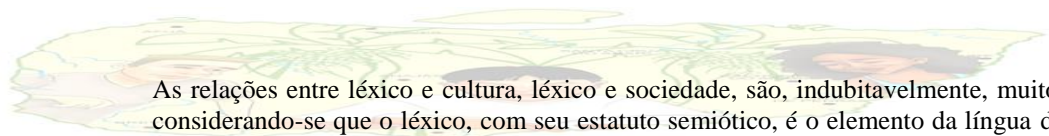
A sociolinguística é uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo (MOLLICA, 2003:9).

No estudar do léxico em dada comunidade, logo vêm à tona as semelhanças e contrastes linguísticos que essa comunidade possui em relação a outras. Teoricamente, esse tipo de estudo fica sob os auspícios da Sociolinguística como campos responsável pelas análises das variações linguísticas.

Na área da sociolinguística, em especial dos estudos toponímicos, traçamos as compreensões do nível lexical da língua considerado como um retrato da cultura, refletindo aspectos vinculados às experiências sociais em uma comunidade. Ao escolher as formas linguísticas para nomear os referentes do mundo físico e do universo simbólico, os falantes revelam não somente a sua percepção da realidade, mas, compartilham valores, saberes, crenças e histórias.

Diante disso, Ferraz (2006:219-220) analisa que:

GONÇALVES, Clizana Pereira. O ensino de português e o estudo da toponímia: Linguagens e culturas indígenas e africanas pelo rio Jacarezinho – Breves/PA. In: **ANAIS do IV Colóquio de Letras**, realizado nos dias 1, 2 e 3 de fev. de 2018, na UFPA, Campus Universitário do Marajó - Breves. ISSN: **2358-1131**



As relações entre léxico e cultura, léxico e sociedade, são, indubitavelmente, muito fortes, considerando-se que o léxico, com seu estatuto semiótico, é o elemento da língua de maior efeito extralinguístico por se reportar, em grande parte de seu conjunto, a um mundo referencial, físico, cultural, social e psicológico em que se situa o homem.

Ao usar o léxico, o falante permite expressar suas ideias, as de sua geração, as da comunidade a que pertence, enfim usa a língua como retrato de seu tempo, atuando. Isso mostra inclusive como um agente modificador imprimindo marcas linguísticas geradas pelas novas situações comunicativas com que se depara.

Além deste estudo de variações lexicais, faz-se necessário mencionar que os léxicos toponímicos estão também dentro de um discurso que o posiciona em relação a história, as memórias e identidades deste lugar nomeado. Isto evidencia que na interpretação do topônimo o denominador é um ente motivador do nome, que age de modo subjetivo ou objetivo, combinando elementos que influenciam a atribuição para o acidente geográfico (DICK, 1990).

Articulando esse estudo das toponímias em interfaces com a Análise do Discurso, acionamos o pensamento de Michel Foucault, em sua arqueologia do saber, procurando analisar como os léxicos carregam consigo a historicidade de seu tempo na reafirmação de seus significados ou silenciamentos de suas discursividades. A partir do léxico podemos constituir os fragmentos de memórias sociais e mudanças de sua dimensão sociocultural.

O uso do termo arqueologia remete ao procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas dos discursos pronunciados sem, no entanto, procurar depreender as estruturas universais presentes em qualquer conhecimento discursivo (FOUCAULT, 1969). O que está em pauta nessa análise dos discursos é a articulação acerca do que pensamos, dizemos e fazemos caracterizando determinado período, uma vês em que o acontecimento discursivo são acontecimentos históricos.

Por este ângulo de compreensão é relevante acompanhar as contribuições foucaultianas da arqueologia para os estudos de toponímias.

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de alguma coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro” discurso mais oculto. Recusa-se a ser “alegórica” (FOUCAULT, 1969:159).

O procedimento arqueológico caracteriza o domínio do “ser-saber”. Um saber é aquilo que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada, é o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupam seus discursos. Foucault analisa

como uma arqueologia discursiva de produção dos saberes científicos que se apresentam como válidos em si mesmo, desprezando a relevante função dos discursos na construção das imagens e práticas desenvolvidas socialmente pela linguagem.

É neste contexto que a Análise do Discurso se torna um campo teórico fundamental para o estudo das toponímias. Pois, procurando identificar a composição discursivas em narrativas toponímicas da região marajoara. Nesse caso, como essa área do conhecimento trabalha com as formas de existência da língua, tornou uma ferramenta para refletimos sobre os topônimos.

A Análise do Discurso, tendo o discurso como objeto de investigação, trabalha com a linguagem sob suas diferentes possibilidades de existência, e a considera em relação direta com a história – esta como o que determina as possibilidades de realização daquela – e com sujeitos. O discurso é exterior à língua, mas depende, dela para sua possibilidade de existência material, ou seja, discurso materializa-se em forma de texto, de imagens, sob determinações históricas (FERNANDES, 2012:16).

Pensando léxico toponímico como um campo do saber e práticas sociais em diferentes situações interativas, abre-nos a possibilidade de conhecermos não conhecimento signífico do topônimo, mas o saber prático envolvidos nos atos de nomeação. Foucault colabora para pensarmos o léxico como construção discursiva histórica, e como tal, produz verdades que se instalam e se revelam nas práticas do cotidiano dos alunos. Segundo Biderman (2011) léxico é um dos mais afetados por influências externas, haja vista que, como o tesouro vocabular de uma língua, perpetua as práticas culturais em uma sociedade através dos signos verbais, sintetizando aspectos da vida, valores e crenças de uma comunidade.

Os alunos quando chegam à escola já sabem a língua. Considerando este saber e, conforme pesquisas linguísticas e documentos oficiais, o ensino de língua portuguesa deve desenvolver a competência comunicativa levando em conta: uso de formas orais em situações diferentes das cotidianas; processos argumentativos e de raciocínio crítico; análise das interações verbais, produções discursivas, e atividades cognitivas e reflexão sobre a língua e seus usos.

Trata-se, de realizar uma abordagem histórica sobre a dinâmica das línguas na região, para acompanhar o processo de tensões designativas de toponímias entre a língua indígena e africana com a língua portuguesa. Desse modo, a intenção é investigar os sentidos dos enunciados e a descrição dos fatos os quais se encontram em seus arquivos. Com a preocupação de expor as formulações discursiva revelando os saberes de tradição oral que configuram suas histórias e compreendê-los.

4 O LOCAL DE ESTUDO: COMUNIDADE SANTA MARIA

No município de Breves, no distrito de Curumu I, está localizada a comunidade Santa Maria, no rio Jacarezinho. Esse distrito faz fronteira com o estado do Amapá e com os municípios de Afuá e Anajás, ambas no estado do Pará. Aqui, assumimos a etnografia como uma prática descritiva que envolve as relações de práticas culturais nessa dada comunidade (GEERTZ, 2008).

Para chegar nessa vila desloquei-me, por apenas um caminho – o rio. O deslocamento de viagem até o Jacarezinho pode ser feito por embarcação, que pode ser de pequeno, médio e grande porte. Viajei de barco até a vila São Vicente e, posteriormente, naveguei de rabeta para a Vila Santa Maria (figura 01).

Figura 01: Frente da Vila Santa Maria



Fonte: Gonçalves – 2017.

Neste percurso para desenvolver a pesquisa o tempo de viagem custa em média de 7 horas rumo a foz desse rio e mais meia hora de navegação em direção a comunidade Santa Maria onde se situa a E.M.E.F. Lica Alves.

Nessa comunidade, as famílias sobrevivem da prática da pesca de peixes (tucunaré, filhote, pescada, mapará, etc.), a caça de animais como a (paca, veado, tatu, preguiça e outros) e coletas de frutos (castanha do Pará, bacuri, uxi, cacau etc.) consumidas no sustento familiar e utilizados na comercialização entre os moradores e vendidos também na cidade de Breves.

No decorrer da observação percebi que os moradores do local possuíam seus próprios costumes, valores, crenças, enfim. As famílias que residem, às margens do rio Jacarezinho são pessoas de baixa renda, a maioria com pouco conhecimento formal, mas com uma expressiva diversidade cultural na forma de falar que surge com as variações lexicais. São moradores descendentes de índios, africanos e colonizadores, que na história local, conquistaram essas terras criando vínculos familiares que se espalharam pelos rios.

Durante o desenvolvimento da pesquisa não foi possível encontrar registros sobre as razões da escolha do nome Jacarezinho em fontes bibliográficas disponíveis. O que me levou a pensar que GONÇALVES, Clizana Pereira. O ensino de português e o estudo da toponímia: Linguagens e culturas indígenas e africanas pelo rio Jacarezinho – Breves/PA. In: **ANAIS do IV Colóquio de Letras**, realizado nos dias 1, 2 e 3 de fev. de 2018, na UFPA, Campus Universitário do Marajó - Breves. ISSN: 2358-1131

a falta de oportunidade dos moradores em estudar e terem um conhecimento da leitura e escrita ou baixo grau de escolaridade entre eles, ou ausência de pesquisas no local dificultou até mesmo que sejam estudadas as histórias, culturas e linguagens desses moradores.

Os léxicos como Jacaré Grande, Jacarezinho, Curumu, Macaco, Aramã, Timboí, Cutia, Pururé, Mururé, Braga, São Tiago, Miranda, Matápi, Açaizal, São Vicente, Santa Maria, entre outros são de origem nheengatu, banta e portuguesa compondo o cotidiano dos alunos do rio jacarezinho, eles possuem boa relação com essas palavras no seu dia-a-dia, pois, fazem parte da comunicação local.

Nesse caso, tomo o conceito de cultura formulado por Geertz (2008:04) para descrever e compreender esse universo cultural.

O conceito de cultura que eu defendo (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície.

Os significados destes léxicos toponímicos compõem um intrincado aparelho etnolinguístico e práticas culturais associados aos costumes, tradições, experiências, informações, estilos de vida e formas de apreensão da realidade. Por serem oriundos de diferentes línguas - nheengatu, banto e português, apresentam uma multiplicidade de conhecimentos de tradição oral.

Em relação a instituição de ensino, podemos dizer que antes da escola Lica Alves existir, os moradores da vila e dos seus arredores estudavam em um barracão na comunidade Santa Maria. Atualmente, na comunidade Santa Maria se situa a referida unidade de ensino, cujo nome foi atribuído pelo poder público, em homenagem a moradora mais antiga da vila, que se chama Maria Olinda Alves Otoni, conhecida popularmente como Lica Alves. A escola recebe alunos de outras localidades próximas e distantes do rio Jacarezinho. Essa instituição educacional, foi inaugurada em 08 de junho de 2013.

Figura 02: Escola Lica Alves



Fonte: Gonçalves – 2017.

O espaço onde se localiza a escola, comunidade Santa Maria, é entrecortado pelas matas, rios e igarapés onde residem os estudantes e seus familiares. Todos os dias realizam longos e cansativos trajetos até a escola, por horas viajam dentro de pequenas embarcações e mesmo assim chegam felizes na sala de aula para estudar, com exceção de alguns que chegam cansados, vem com fome, em vista de viajarem muito cedo de suas residências até a escola.

Durante a realização desta pesquisa de campo fui registrando alguns pontos de suma importância sobre a estrutura física da escola, quadro técnico e docente. O prédio escolar é construído em madeira de lei com dois compartimentos, que por sua vez, possui quatro salas de aula, na parte da frente fica o corredor. No lado direito, fica a secretaria e a sala da coordenação pedagógica. Na parte de trás está a cozinha e o banheiro dos alunos.

No período em que realizei minha pesquisa de campo, a escola Lica Alves obtinha em seu corpo docente quatro professores da educação infantil (maternal, 1º ao 5º ano) no período manhã e tarde, dois professores da EJA à noite e professores que migravam para as turmas do ensino fundamental maior (6º ao 9º anos). A educação da zona rural funciona de maneira diferente da zona urbana, no ensino fundamental maior as disciplinas são trabalhadas por módulos, onde os professores ensinam em um determinado período e posteriormente retornam para a cidade ou migram para outras comunidades.

Em sala de aula, utilizando-me como procedimento de pesquisa a etnografia da prática escolar construí juntamente com os alunos do 6º ano uma proposta de pesquisa que nos fizesse compreender a relação entre língua, sociedade e cultura dos alunos, juntamente com alguns pais de alunos mostrando a articulação entre história e a cultura local presente nos léxicos da região.

Para obter as informações das ações dos sujeitos em seu contexto natural nesta instituição escolar, utilizei-me da observação e entrevista. A observação foi do tipo tanto indireta quanto direta no cotidiano escolar. A entrevista foi realizada com os moradores antigos, pais de alunos, contribuíram na pesquisa etnográfica para o registro e coletadas de narrativas sobre os topônimos.

Segundo André (2012) o desenvolvimento da pesquisa do tipo etnográfico se caracteriza por um contato direto do pesquisador com a situação pesquisada, permite que se chegue perto da escola para tentar entender como atuam no seu dia a dia os mecanismos em que são veiculados e reelaborados conhecimentos, atitudes, valores, crenças, modos de ver e de sentir a realidade e o mundo.

Assim, de início, ao observar indiretamente os alunos do 6º ano, percebi que o grupo estava formada por educandos com a faixa etária entre 13 e 17 anos, que se deslocam das suas casas por meio de transporte escolar levando em média entre 30 minutos a 2 horas, dependendo do lugar

onde residiam no rio Jacarezinho. Quando alguns alunos faltam na escola é por que estão ajudando seus pais nas atividades do dia-a-dia, na atividade da produção da farinha, pescando ou caçando.

Em sala de aula com os alunos, observei ainda a relação dos educandos com a disciplina Língua Portuguesa, relacionado ao uso da sua gramática internalizada, evidenciou que através dessa gramática realizam muitas atividades de comunicação no seu cotidiano ligadas a escola, trabalho, religiosidade, cultura entre os moradores. No entanto, os alunos não possuem boa relação com a disciplina.

Na observação, na aula de variação linguística, identifiquei diferentes modos de falar, sotaques, nomes de objetos etc. Constatei o ensino de língua estava baseado para na gramática normativa. Porém, no desenrolar das aulas mostrei a turma que o estudo de língua portuguesa não se resumia a gramática. O interesse pelas aulas aumentou e que estavam mais empolgados em aprender.

Diante disso, propus investigar aos alunos o estudo da língua, voltando-se para os aspectos toponímicos, os léxicos que compõem as nomeações dos lugares onde residem os alunos. Começamos pelos sentidos linguísticos e significados culturais relacionados a origem indígena e africana. Saímos um pouco da rotina da sala de aula engessada apenas no livro didático e fomos conhecer as matrizes formações culturais dos léxicos nesta comunidade escolar.

Nesse percurso, o conteúdo programático trabalhado com os alunos, estava relacionado diretamente com as práticas culturais locais, resolvi envolvê-los em uma pesquisa de campo fazendo com que conhecessem a construção de suas próprias histórias e ao mesmo tempo aprendiam os currículos da disciplina. Nesse processo, mostrei a importância de analisar as narrativas dos moradores antigos, considerando a variação que existe na língua, além de valorizar a cultura local.

Comecei a perguntar aos colegas de trabalho e aos moradores da vila os nomes dos lugares próximos, fazia indagações em relação as coisas, frutas, plantas, etc. Alguns nomes eram engraçados e outros estranhos, dentre esses nomes ouvi alguns que me chamaram a atenção, a partir deste momento, quis conhecer a origem dessas nomeações no rio Jacarezinho.

Para mudar essa rotina de sala de aula, fiz entrevistas com os alunos do 6º ano para compreender os sentidos que tinham sobre os nomes dos lugares, notei que a maioria dos alunos não haviam se atentado para esse detalhe da história local, nunca se perguntarem o porquê os lugares possuem determinados nomes.

Nesse aspecto usei a concepção de entrevista segundo Duarte (2004) ao qual afirma que, embora não haja obrigatoriedade do uso de entrevistas em pesquisa qualitativa, ela ainda é muito requisitada. Segundo Bicudo (2006), a sua utilização da entrevista requer, planejamento prévio e GONÇALVES, Clizana Pereira. O ensino de português e o estudo da toponímia: Linguagens e culturas indígenas e africanas pelo rio Jacarezinho – Breves/PA. In: **ANAIS do IV Colóquio de Letras**, realizado nos dias 1, 2 e 3 de fev. de 2018, na UFPA, Campus Universitário do Marajó - Breves. ISSN: **2358-1131**

manutenção do componente ético, desde a escolha do participante, do entrevistador, do local, do modo ou mesmo do momento para sua realização.

Para realizar as entrevistas, primeiramente, verifiquei quais assuntos retratar na entrevista e quais questionamentos poderiam colaborar na pesquisa. Resolvi elaborar questões sobre as narrativas existentes no local, costumes da comunidade, as formas de trabalho da população local, além de questionar sobre a existência e significado do nome dos rios. Elaborei um conjunto de cinco perguntas cujos eixos temáticos eram história do lugar, as práticas culturais, os léxicos, etc.

Para os alunos ficou a tarefa de realização de entrevista com os pais, avós, tios e pessoas mais antigas do lugar, orientei-os a iniciarem se apresentando e conversando informalmente sobre a atividade que lhes foi proposta. Posteriormente, pedi que fizessem os questionamentos (anotando e /ou gravando as respostas) e deixassem à vontade o entrevistado. Ao final da atividade, agradecessem aos colaboradores pelas informações prestadas.

Com as entrevistas realizadas pelos alunos, conseguimos coletar dados importantes sobre o rio Jacarezinho. Após isso, primeiro, juntamente com os alunos, fizemos uma roda de conversa para discutir sobre variação linguística, onde pude perceber que os alunos ficaram bastante empolgados com a temática, já que se tratava de “modos de falar” diferentes.

Em seguida, iniciamos um diálogo sobre o significado dos nomes dos lugares, fui perguntando se eles conheciam a origem dos nomes dos rios que percorriam diariamente até a chegada a escola. No decorrer da conversa os alunos foram mostrando interesse pelo assunto e se perguntando por que nunca haviam feito essa pergunta a si mesma. Depois, solicitei que formassem grupos e que desenhassem o mapa do trajeto de suas casas até a escola. Com folha e lápis na mão, os alunos foram desenhando os traços dos rios e florestas, uns coloriam as águas de azul e outros coloriam as florestas de verde, foi um momento de grande diversão e muito aprendizado para todos que participaram da atividade. Então, organizamos, a partir dos significados dos topônimos identificados e registrados, a elaboração de cartografias toponímicas.

5 TOPONIMIAS INDÍGENAS E AFRICANAS DO RIO JACAREZINHO

A toponímia é um dos ramos da onomástica – ciência dos nomes próprios – cujo outro ramo, a antroponímia, se ocupa do estudo dos nomes próprios de pessoas. Já, a toponímia envolve o significado etimológico do próprio vocábulo (do grego *topos*, *lugar* + *onoma*, *nome*), ou seja, o estudo dos nomes de lugares ou dos designativos geográficos, em sua bipartimentação: física (rios, córregos, morros, etc.) e humana, antrópica ou cultural (aldeias, povoados, cidades, etc.). (DICK, 1990).

Deste modo, tornou-se relevante contextualizar os estudos de topônimos com o processo de colonização do ocidente marajoara, a partir da fundação do aldeamento de Mapuá, considerando esse período histórico, Pacheco (2010a:24) argumenta que:

No caso dos Marajós, após o acordo que possibilitou o tráfego livre das canoas pelos estreitos da grande ilha, os missionários da Companhia criaram um primeiro aldeamento no sítio do próprio Mapuá, iniciando o difícil processo de catequização daqueles que aceitaram ali morar.

Esses contatos culturais, com perspectivas diferentes de mundo, fazem-se materializar não só pelo choque entre culturas distintas, mas também pelas condições dos contatos linguísticos revelando os primeiros estranhamentos e dificuldades na relação entre índios e portugueses. Nessa interação étnico-linguístico se evidencia como a língua Tupinambá, após a pacificação indígena ocorrida com o tratado de paz no rio Mapuá, transformou-se na Língua Geral Amazônica, ou Nheengatu em uma língua de comunicação supraétnica regional entre índios, negros, jesuítas e lusitanos.

Com a fundação da aldeia de Mapuá, o processo de tupinização de grupos indígenas não Tupi ou de matrizes linguísticas aparentadas ao Tupi e escravos africanos de origem banto passou a correr de forma sistematizada pelos padres jesuítas em práticas de cristianização na catequese e usos de catecismos. Com o processo de colonização os portugueses passaram a ter acesso ao território onde fica o rio Jacarezinho e ocuparam algumas áreas onde se estabelecem e assim, fundaram as tradições devocionais aos santos padroeiros.

Hoje, essas devoções em homenagem aos santos, como o processo de cristianização foi muito intenso, estão muito presentes na formação de comunidades católicas que receberam a atribuição de nomes ao longo dos rios amazônicos.

A memória indígena e africana, além de estar reafirmada nos nomes de elementos da natureza, apresenta a resistência também na formação cultural dos moradores do rio Jacarezinho. E são memórias sociais que resistem nas narrativas de tradições orais. Entre as muitas narrativas estão duas contadas por dona Maria de Jesus Costa Gama, 51 anos, moradora da comunidade, esposa do senhor Edilson, expõe o que acredita ser o sentido da nomeação *Jacarezinho* para o rio onde vive.

Eu sei contar de uma que o boto engravidou uma mulher lá no rio próximo lá de casa que é o rio Timboí.... Aí essa mulher andava no rio em pé, no rio...ela foi andava por todos os rios, baixava até aqui próximo de Breves. Aí essa mulher morava só com o filho, ela não resistiu, teve que colocá-la numa prisão, nessa prisão foi até que ela morreu.

Eu sei contar, que eu vi um dia um fogo correndo no rio, só andou assim, foi andando aquele fogo azul, aí eu perguntei para minha mãe o que era, a minha mãe disse que era fogo do mar, aí subiu acima dos paus e de lá sumiu.¹

¹ Entrevista com dona Maria de Jesus Costa da Gama, moradora da comunidade Santa Maria, no dia 15 de fevereiro de 2017, localizada no rio Jacarezinho, município de Breves

GONÇALVES, Clizana Pereira. O ensino de português e o estudo da toponímia: Linguagens e culturas indígenas e africanas pelo rio Jacarezinho – Breves/PA. In: **ANAIS do IV Colóquio de Letras**, realizado nos dias 1, 2 e 3 de fev. de 2018, na UFPA, Campus Universitário do Marajó - Breves. ISSN: 2358-1131

Na primeira narrativa, verificamos que enunciados toponímicos – *boto, timboí, Breves* – que compõem o universo de resistência do nheengatu na constituição da memória social dos moradores do rio Jacarezinho. Neste universo de práticas sociais as histórias de tradições orais marcam presença. O boto, personagem marcante das narrativas orais, resiste não só enquanto história, com um rapaz sedutor que engravidou uma moça, mas no significado cultural expresso nesse léxico reafirmando continuidades e tensas negociações de sentidos históricos.

O boto representado simbolicamente na figura da *oyara* caracteriza como o boto pequeno e róseo (ESTRADELLI, 1929). Também é designado como “bicho visagentos ou encantado”, com ênfase para uma de suas “variedades do boto comum, o vermelho, mais perigosos, ou o tucuxi, considerado menos maligno. Nesse mundo da encantaria amazônica, pode “tomar a forma de “homem e seduzir mulheres” quando seus maridos saem para pescar ou caçar (GALVÃO, 1955:196).

O cenário desta narrativa é o rio *Timboí*, palavra que deriva o étimo *timbó*, que em Língua Geral significa nome “dado ao sumo de diversas plantas” que tem como “propriedade de atordoar os peixes que o ingerem, embora em pouca quantidade, sem, contudo, ser nocivo a quem os come” (ESTRADELLI, 1929:676). Dona Maria lembrando os aspectos do enredo desta história, diferente dos finais relacionados a sedução da jovem, apresenta uma mulher grávida sob os efeitos do encanto do boto, que foi aprisionada em uma cadeia até os fins de seus dias.

Analisando o funcionamento discursivo da memória e sua relação com história em seus distintos aspectos, Fernandes (2012:96) identifica que:

A memória, pela articulação desses elementos, forma uma rede em que os discursos e dizeres dispersos produzem uma trajetória dos sentidos, que são sempre outros mediante a descontinuidade histórica que os atesta. A memória ancora o discurso na história.

Ampliando essa compreensão acerca dos discursos e história constituintes das narrativas orais, Silva (2013: 118) explique que:

Um olhar mais atento às narrativas orais, sem muita dificuldade vai perceber a recorrência com a qual os ribeirinhos, em geral, operam com a tradição oral para comunicar suas posições de mundo e relatos de vida e estas representações, com muita frequência, se filiam a uma rede de memória que as liga a uma memória Tupi.

Outro espaço da trama conectada as paisagens dos rios e florestas que ligam o rio Timboí aos demais rios próximos da cidade Breves, que além de compor o perímetro do ambiente desta história, carrega consigo a historicidade do processo de colonização e fundação da cidade pelos irmãos portugueses, os Breves. Isso ocorreu em função da desativação do aldeamento de Mapuá que concentrava os grupos indígenas de distintas etnias entre o rio Jacaré Grande, Aramã e Jaburu e demais afluentes de difícil acesso geográfico (ver, figura 03).

Isto nos faz pensar os significados desta nomeação tanto física quanto antropocultural na região marajoara. Nesse sentido, salientamos que nessa sucessão de imagens e pensamentos organizados constituintes dos topônimos existe a reconstrução de fragmentos da história local e memória local, às vezes, silenciada pela imposição ou conflitos de práticas culturais dominantes.

Na segunda narrativa, contada por dona Maria, chama atenção em sua trama o fogo correndo pela água, abrindo possibilidades de interpretações relacionadas as diferentes memórias construídas em torno da cobra grande – em nheengatu *mboy* ou *boitatá* – incorporando em sua aparição uma tonalidade de cor azul, reafirmando sua presença no cotidiano dos moradores e sendo compreendida como fogo do mar. Em diferentes regiões amazônicas, assume reajustes criativos no âmbito da religiosidade na encantaria de seres incorpóreos como a cobra grande ou a cobra de fogo.

Compreendendo a historicidade que os topônimos ou antroponímias carregam consigo é possível associar na análise acerca da religiosidade que envolve as práticas de aparecimento em narrativas da cobra diferentes visões de mundo.

Os efeitos discursivos da presença da cobra possibilitam interpretar diferentes concepções de mundo, se a consideramos na visão do colonizador este réptil representa a constituição do pecado. Já, na perspectiva da cosmologia indígena, o ofídio se refere aos tempos férteis da caça, pescaria, plantação e colheita (SILVA 2013:93).

Entre diferentes formas de pensar o mundo que a cerca estão as cosmologias que sustentam as crenças e costumes da vida religiosa da sociedade compondo as dimensões sociais da cultura dos seus integrantes. A cobra grande, em diversas e diferentes culturais, apresenta sua singularidade histórica. Nesse sentido, quando essa memória local se alia em diferentes espaços amazônicos e outros mundos além-Amazônia se fazem presente diversos elementos da memória construindo aspectos sociais desta narrativa para recuperar sua existência entre as experiências de vida.

Para dona Maria, moradora da região, há uma explicação sobre o nome do rio que apresenta credibilidade na comunidade local. A respeito do nome do rio Jacarezinho, segundo dona Maria relata que:

Meus avos me falavam que antigamente quando eles chegaram praí e que montaram esse rio aí eles falavam que Jacaré Grande, era porque tinha muito jacaré-açu, aí eles olhavam e falaram pro outro então esse rio tem que ser Jacarezinho porque tem jacaré grande e tem que ficar jacarezinho.

Olha...meus avos casaram lá, tiveram os filhos...os filhos casaram e ficaram lá que eram meus pais né e meu pai morreu com 86 anos e eu me casei nesse lugar e tô lá nesse lugar até hoje.

A minha família descende de maranhense e minha avó veio de Portugal.

As narrativas orais têm se constituído como campo relevante de estudo das motivações toponímicas. Nesse caso, as narrações toponímicas associam-se aos sentidos dos nomes dos lugares. Conforme dona Maria, recuperando fagulhas de histórias narradas por seus avós, relata que o nome

Jacarezinho provém da relação de oposição com outro rio, nesse mesmo percurso, chamado de *Jacaré Grande* em função de ter muito jacaré-açu neste lugar.

Reatualizando no presente as histórias de vida de sua família, do Maria conta que os familiares da parte de seu pai são maranhenses e maternal são de origem portuguesa. Assim, retomando a memória do pai, em suas narrativas ouvidas neste rio, dona Maria, conta que vários habitantes do rio Jacarezinho, como seu pai, trabalharam em atividades extrativistas e plantações de roas: “meu pai trabalhava com extração de borracha, era agricultor, fazia roçado e tirava arroz, milho...aí depois o pessoal começou a trabalhar só em açaí e madeira”.

A análise toponímica destes léxicos – *Jacarezinho*, *Jacaré Grande* e *Jacaré-Açu* – revelam ser de origem nheengatu, mas o constante contato e, depois substituição da nheengatu pelo português ocorreu um processo de hibridismo formado com a palavra nheengatu – *jacaré* – mais o sufixo (*zinho*) e o adjetivo *grande* do português. O único topônimo totalmente em nheengatu é o léxico *jacaré-açu*, formando pela lexia *jacaré* mais o adjetivo *açu*. Podemos dizer, nessa direção, que os nomes dos dois rios foram dados tomando como referência o tamanho dos jacarés associando-os ao tamanho da extensão do rio.

Em outra direção destas análises toponímicas dos nomes dos lugares não podemos deixar de mencionar os silenciamentos impostos e até os apagamentos de seus significados diante das mudanças linguísticas – nheengatu para o português – muitos léxicos foram perdendo seus sentidos culturais e outros foram surgindo com as novas histórias do lugar de existência dos moradores.

No rio Jacarezinho onde os alunos convivem entre a escolas e suas diferentes comunidades existem muitos rios, igarapés, taperas, muitas áreas de várzea e terra firme. Muitos moradores viajam pelo rio Aramã que corta centralmente a região com vários afluentes; outros trafegam rio Pururé, tributário do rio Aramã e Jacarezinho; e ainda o rio Jaburu, tributário do rio Jacaré Grande e entrecortados por muitos afluentes de menor extensão fluvial com pouco reconhecimento dos significados atribuindo aos referidos rios, como podemos constatar com dona Maria e outros moradores.

Assim, recorreremos aos étimos em suas línguas. O rio Aramã, com origem no nheengatu, como também o Jaburu. O primeiro – encontrado na forma *aramá*, significa literalmente casta de abelhas e recebendo como designativo a *mãe do mel*. Em outras palavras, podemos chamá-lo de *rio do mel*. Já, o segundo topônimo corresponde a um pássaro (espécie Jabiru mycteria), também denominado de Tuiuiú, caracteriza-se com uma plumagem branca no corpo e negra em sua cabeça, significando pescoço inchado (ESTRADELLI, 1929). No decurso da pesquisa não encontramos significados lexical e atribuído pelos moradores ao topônimo “Pururé”.

Essas toponímias, assim como as demais de origem nheengatu, no rio Jacarezinho, entraram em contatos com a presença africana de matriz étnica banta em vista de alguns léxicos toponímicos serem desta origem na região. Acreditamos que, por ser uma região fluvial estratégica com muitas saídas e entradas, muitos negros escravos no período colonial se refugiaram neste lugar.

Entre os léxicos toponímicos de matriz africana encontramos um de bastante referência na região que domina uma grande extensão do território denominado de rio *Macacos*. Esse rio constitui, não apenas um dos cinco distritos educacionais do município de Breves, mas uma resistência da história dos escravos africanos de origem banto, portanto, de língua banta.

No âmbito das práticas culturais do povo banto o *macaco* é conhecido como *bicho-ponguê*. Além disso, é um personagem mitológico afro-brasileiro variando os seus significados conforme seu contexto de uso. No quicongo as vozes: *Mpongwe*, nome de etnia; *mpóngo*, pássaro negro; *mpongi*, chimpanzé, macaco (LOPES, 2003). Esse léxico, embora seja nome de um animal, constitui uma memória com muitas redes e discursos que se atravessam historicamente na região.

Embora tenhamos estudados os léxicos toponímicos de origem nheengatu e banta no rio Jacarezinho, encontramos também topônimos de origem na língua portuguesa. Neste aspecto, Dick (1982:83) argumenta que:

Para se entender a inclusão dos topônimos portugueses nesta categoria, deve-se ter em mente o que se entende por “topônimo transplantado”. Este é o designativo geográfico que existe como tal em um determinado espaço e que passa a integrar a nomenclatura de outra região qualquer, trazido pelo próprio povo que emigrou, ou influenciado por um mero mimetismo. Nessa noção está implícito o sentido de “deslocamento” ou “mudança” (DICK, 1982:83).

Destacados em pontos geográficos estratégicos, reatualizando os sentidos de ocupação portuguesa no rio Jacarezinho, em tempos coloniais, nos deparamos com nomeações de rios como Braga, São Tiago e Miranda. Nomeações dessa natureza que passaram a configura o espaço marajoara foram transplantados pelos lusitanos como uma forma de trazer para a região amazônica elementos constituintes de sua cultura linguística deslocada e modificada em contatos com outras.

É comum quando se faz uma viagem atravessando cidades de uma determinada região, encontrar nomes diferentes para designar esses locais, e até mesmo se deparar com nomes até então considerados sem sentido. Mesmo em nossa cidade, quando percorremos bairros e ruas, nem sempre entendemos o porquê de tal lugar ter tal nome. A pesquisa toponímica permite estreitar essa relação de sentido entre os indivíduos e os nomes próprios dos locais que os cercam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a toponímia inevitavelmente inclui investigações históricas. A execução dessa pesquisa realizada na escola Lica Alves, localizada na vila Santa Maria, sem dúvida, foi uma GONÇALVES, Clizana Pereira. O ensino de português e o estudo da toponímia: Linguagens e culturas indígenas e africanas pelo rio Jacarezinho – Breves/PA. In: **ANAIS do IV Colóquio de Letras**, realizado nos dias 1, 2 e 3 de fev. de 2018, na UFPA, Campus Universitário do Marajó - Breves. ISSN: 2358-1131

experiência ímpar de aprendizagem em que os alunos envolvidos conseguiram, através do estudo enunciados linguísticos – os topônimos relativos aos nomes dos lugares – conhecer aspectos sociopolíticos e culturais da comunidade onde vivem.

Com a visita feita à comunidade, foi possível efetivar o intercâmbio entre a escola e os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental. Além disso, houve também a interação entre os alunos envolvidos. O contato com a comunidade em geral seja através dos alunos, seja através dos moradores da comunidade proporcionou uma aprendizagem concreta da importância de se resgatar e conhecer o patrimônio local.

Percebemos que as escolas integram o patrimônio cultural do município. Outra consideração importante, diz respeito, à motivação em relação a atividade realizada, em sala de aula, isto é, a investigação do porquê dos nomes dados aos lugares. Ao pesquisá-los, verificou-se que, na maioria das vezes, os alunos não conheciam a história que permeou a denominação dos lugares onde vivem, bem com os moradores desta comunidade.

Essa pesquisa, que também foi proposta para eles, permitiu-lhes conhecer as questões culturais e sócio-políticas que envolvem a história da educação no município. É possível dizer que, a partir dessas ações, e, sobretudo, ao visitar a comunidade de onde vêm os alunos envolvidos na pesquisa, pôde-se conhecer de perto um pouco de sua realidade e de seu universo cultural, o que, com certeza, é de grande relevância para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Em outras palavras, percebeu-se, através do estudo toponímico desenvolvido na escola, a relação intrínseca entre língua e identidade cultural.

Assim, conhecer a escola mais de perto para verificar a dinâmica das relações e interações que constituem o seu dia a dia, identificando as estruturas de poder e os modos de organização do trabalho escolar e compreendendo o papel e a atuação de cada sujeito nesse complexo interacional onde ações, relações, conteúdos são construídos, negados, reconstruídos ou modificados.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.
- BICUDO, F. A **entrevista- testemunho: quando o diálogo é possível**. Revista Caros Amigos, 2006.
- BIDERMAN, M. T. C. **Léxico, Testemunho de uma cultura**. In Anais do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica. Santiago de Compostela. Fundación Pedro Barrié de la Maza, conde de Fenosa, La Coruña: BINATTI, R. **Sociolinguística**. 2006. Disponível em: www.portuguesdobrasil.net, Acesso em out/2011.
- CALVET, L.-J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CAMACHO, R. G. Sociolinguística: parte II. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- GONÇALVES, Clizana Pereira. O ensino de português e o estudo da toponímia: Linguagens e culturas indígenas e africanas pelo rio Jacarezinho – Breves/PA. In: **ANAIS do IV Colóquio de Letras**, realizado nos dias 1, 2 e 3 de fev. de 2018, na UFPA, Campus Universitário do Marajó - Breves. ISSN: 2358-1131

- CÂMARA JR, J. M. **Introdução às línguas indígenas brasileiras: linguística e filologia**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.
- CARVALHINHOS, P. de J. **Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal)**. Revista da USP, São Paulo, n. 56, p. 172-179, dez./fev. 2002-2003.
- DANIEL, J. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. v.1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990.
- _____. Vicentina de Paula do Amaral. Origens históricas da toponímia brasileira: os Nomes transplantados. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 24, 1982, pp.75-96.
- DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar em Revista, Curitiba, v. 24, p. 213-225, 2004.
- ESTRADELLI, E. **Vocabulário da Língua Geral: Portuguez-Nheengatú e Nheengatú-Portuguez**. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1929.
- FARACO, C. A. **Linguística histórica**. São Paulo: Ática, 1991.
- FARES, J. A. **Teorias da mestiçagem e poéticas amazônicas**. Terceiro Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – III ENECULT, realizado entre os dias 23 a 25 de maio, Salvador-Bahia, 2007.
- FERRAZ, A. **A inovação lexical e a dimensão social da língua**. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Org.). **O Léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.
- FERNANDES, C. A. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.
- GALVÃO, E. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2008.
- LENNEBERG, 1975 apud BIDERMAN, 1998a, p. 91. 4 “**el conjunto de monemas y sinmonemas del discurso individual, del discurso colectivo, del sistema lingüístico individual o del sistema lingüístico colectivo**”.
- LEININGER, M. **Qualitative research methods in nursing**. Orlando: Grune & Stratton, 1985. cap. 3, p. 33-71: Ethnography and ethnonursing models and modes of qualitative data analysis.
- LIMA, E. C. **A Toponímia africana em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.
- LIMA, M. D. de; PANTOJA, V. (org.). **Marajó: Culturas e paisagens**. Belém: IPHAN, 2008.
- LOPES, N. **Novo Dicionário Banto do Brasil: contendo mais de 250 propostas Etimológicas acolhidas pelo Dicionário Houaiss**. - Rio de Janeiro: Palias. 2003.
- MOLLICA, M. C. **Fundamentação teórica: conceituação e delimitação**. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2015, pp.9-14.
- PACHECO, A. S. **Representações e Interculturalidades em Patrimônios Marajoaras**. Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - Unirio | MAST – vol.8, no 1, 2015.
- _____. **Astúcias da Memória: Identidades Afroindígenas no corredor da Amazônia**. Revista Tucunduba, v. 2, p. 40-51, 2011.
- _____. **A conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas**. In: SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (Orgs). **Muito Além dos Campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. Belém: GKNORONHA, 2010a, p. 11-30.

_____. **As Áfricas no Marajó: Visões, fugas e redes de contatos.** In: SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (Orgs). **Muito Além dos Campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara.** Belém: GKNORONHA, 2010b, p. 31-69.

_____. **En el corazón de la Amazonía: identidades, saberes e religiosidades no Regime das Águas Marajoaras.** Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: PUC-SP, 2009.

_____. **À margem dos “Marajós”: cotidiano, memória e imagens da “Cidade- Floresta”** Melgaço-PA. Belém: PAKA-TATU, 2006.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral.** Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24ª ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 1999.

SILVA, J. P. da. **Memórias Tupi em narrativas orais no rio Tajapuru -Marajó das Florestas – Pa.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura). Universidade da Amazônia – UNAMA, – Belém, 2013.

SPRADLEY, J. **The ethnographic interview.** Forth Worth: Hancourt Brace Jovanovich College, 1979.

VIEIRA, A. **Cartas.** Biblioteca de autores portugueses/Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Volume I, 1970.